



# LUTO: EFEITOS DE DESPERSONALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DA REALIDADE

LUCHA: EFECTOS DE DESPERSONALIZACIÓN EN LA CONSTRUCCIÓN DEL SENTIDO DE REALIDAD

MOURNING: EFFECTS OF DEPERSONALIZATION IN THE CONSTRUCTION OF A SENSE OF REALITY

Elizabeth Fátima Teodoro<sup>1</sup>  
Mardem Leandro Silva<sup>2</sup>  
Daniela Paula do Couto<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** Objetivou-se elaborar uma síntese da teoria da personalidade de diferentes abordagens psicológicas a fim de compreender melhor o processo de luto como uma despersonalização do sujeito frente a perda de um objeto. Para tanto, realizou-se uma investigação teórica a partir da articulação dos seguintes descritores: teoria da personalidade, psicologia e luto. Depreendeu-se que durante o processo de luto há uma despersonalização que precisa ser elaborada a fim de não se tornar uma patologia. Assim, a função da escuta clínica é possibilitar que o sujeito possa, a partir de sua fala, ressignificar, de modo a aceitar a realidade da perda, elaborar a dor e se ajustar a um ambiente onde falta o objeto amado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Despersonalização; Luto; Psicologia; Realidade; Teorias da personalidade.

**RESUMEN:** El objetivo fue elaborar una síntesis de la teoría de la personalidad de diferentes enfoques psicológicos con el fin de comprender mejor el proceso de duelo como una despersonalización del sujeto ante la pérdida de un objeto. Para ello, se realizó una investigación teórica basada en la articulación de los siguientes descriptores: teoría de la personalidad, psicología y duelo. Surgió que durante el proceso de duelo hay una falta de sonido que necesita ser elaborado para no convertirse en una patología. Así, la función de la escucha clínica es permitir al sujeto, a partir de su discurso, resignificar, para aceptar la realidad de la pérdida, elaborar el dolor y adaptarse a un entorno donde falta el objeto amado.

**PALABRAS CLAVE:** Despersonalización; Luto; Psicología; Realidad; Teorías de la personalidad.

**ABSTRACT:** The objective of this work was to elaborate a synthesis of the personality theory of different psychological approaches in order to better understand the process of mourning as a depersonalization of the subject in the face of the loss of an object. For that, a theoretical investigation was made based on the articulation of the following descriptors: personality theory, psychology and mourning. It was understood that during the process of mourning there is a depersonalization that must be elaborated in order not to become a pathology. Thus, the function of clinical listening is to enable the subject, from his speech, to re-signify, in order to accept the reality of loss, to elaborate the pain and to adjust to an environment where the beloved object is missing.

**KEYWORDS:** Depersonalization; Mourning; Psychology; Reality; Theories of personality.

---

## 1 A PSICOLOGIA NO RASTRO DA PERSONALIDADE

A Psicologia enquanto ciência que estuda o ser humano, suas relações, seus comportamentos e fenômenos psicológicos como a subjetividade, afetividade e outros, trabalha com construtos, em sua maioria, de difícil acesso e mensuração, dentre eles, encontra-se a persona-

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. [elektraliz@yahoo.com.br](mailto:elektraliz@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor no Instituto Federal de Minas Gerais campus Bambuí. Professor na UEMG unidade Cláudio. [mardemls@yahoo.com.br](mailto:mardemls@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente da FAPSI PUC Minas. [dp.couto@yahoo.com.br](mailto:dp.couto@yahoo.com.br)

lidade que, enquanto conceito teórico, possui inúmeras leituras de diversas áreas do saber como a histórica, filosófica, científica, dentre outras.

Dessa diversidade, a personalidade nos interessa no ponto em que permite pensar a noção de homem e seus diferentes modelos forjados ao longo da história. Nesse sentido, em muitos momentos, a pergunta que nos norteou foi: quais as condições de possibilidades de construção de modelos de homem? Tal questionamento se mostra extremamente importante para a psicologia, uma vez que a partir do conhecimento dessas construções poderemos compreender as formações das subjetividades e as personalidades que as englobam, buscando assim, formas singulares de escuta daquilo que não cabe em modelos, a saber a subjetividade humana.

De modo geral, podemos pensar a personalidade como sendo a ação de personificação da realidade, ou seja, é um modo pessoal de organização da realidade ou traços da realidade. Portanto, aponta para valores e ideais que constituem o ser humano. Um exemplo disso é a religião que oferece uma condição de personificar “isso” (a morte) que não entendemos. Assim, por meio de uma narrativa simbólica personificamos a morte, dotando-a de sentido, de maneira a tornar mais fácil o “encontro” com ela.

A partir desses pressupostos, o presente artigo objetiva elaborar uma síntese de alguns aspectos da teoria da personalidade de diferentes abordagens psicológicas a fim de compreender melhor o processo de luto como uma despersonalização do sujeito frente a perda de um objeto. Para tanto, foi realizada uma investigação teórica de textos sobre a teoria da personalidade e o processo de luto. Optou-se pela articulação dos seguintes descritores: teoria da personalidade, psicologia e luto. Essa investigação se torna relevante na medida em que verificamos que o processo de luto se encontra cada vez mais presente nas clínicas psicológicas, visto que muitos pacientes procuram auxílio ao se depararem com a angústia diante da perda de algo ou alguém.

## **2 NOÇÃO DE PERSONALIDADE: ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAL, FILOSÓFICO E CIENTÍFICO**

Em termos etimológicos, podemos pensar o vocábulo personalidade como oriundo de persona, originado do latim e tendo relação com as máscaras que eram usadas pelos atores nos teatros (PIERI, 2002), e personificar, ou seja, dotar de vida afetos e discursos. Se o sufixo “idade” forma substantivos abstratos que designam qualidade, modo de ser, estado e propriedade (PEZATTI, 1990), podemos fazer uma construção conceitual em que a personalidade é o

meio pelo qual dotamos de vida os afetos e discursos que nos influenciam, de maneira que se torne um estado ou um modo de ser próprio de cada um. Em outras palavras, personalidade diz respeito à organização da subjetividade, ou seja, ao modo pelo qual os afetos que nos constituem são dotados de discurso, apontando para um ideal, um modelo de homem.

Ao estudar a história da humanidade, é possível se deparar com inúmeras concepções de homem e, conseqüentemente, de personalidade. Isso porque vários são os seguimentos que tentam dar conta da existência humana, dentre elas, a ciência, a religião, a filosofia (Mondin, 1980) e a psicologia. Além disso, segundo Feists, Feit & Roberts (2015), a personalidade é moldada através dos tempos, por meio da sociedade. Portanto, qualquer processo humano é, invariavelmente, uma construção histórica, cultural e narrativa (SOUSA; OLIVEIRA, 2009). Assim, em cada época, é possível identificar traços da personalidade humana constituintes de seu *zeitgeist*.

Nesse aspecto, podemos dizer de uma noção crítica acerca da personalidade, pois se esta é constituinte de seu *zeitgeist*, observa-se que por trás de toda noção de homem existe uma escala de valores e ideais, que determina suas escolhas, e trazendo isso para uma observação atual e particular de cada um, fica explícito que só conseguimos determinar realmente nosso eu, naquilo que apresentamos na linguagem. Porém, se tivermos consciência é possível escolher como seremos afetados tanto quanto o que apresentaremos no discurso. Isso porque a subjetividade é composta de afeto (aquilo que absorvemos - apropriação) e discurso (aquilo que proferimos - expropriação).

Diante dessa constatação, faremos um breve percurso histórico, a fim de elencar algumas dessas concepções de homem e, conseqüentemente, perceber que essa leitura é possível a partir de referentes que demarcam minimamente o contexto histórico-cultural de dada época. Como berço da civilização ocidental, optamos por iniciar esse percurso pela Grécia Antiga.

Na Grécia Antiga, o referente era a noção de *Kosmos*, isso significa que os gregos pensavam a realidade a partir de um princípio universal de harmonia, em que cada coisa tinha seu lugar. Desse modo, a identidade do grego se definia por sua participação no meio em que estava inserido, como aponta Jaeger (1994, p. 151) “o eu está em íntima e viva conexão com a totalidade do mundo circundante, com a natureza e com a sociedade humana, nunca separado e solitário”. Assim, a construção da subjetividade, nessa época, passava por descobrir seu lugar no mundo, implicando uma noção de *aretê* (virtude, excelência).

Nesse sentido, podemos dizer que esse modelo grego de homem era atravessado pela excelência tanto no discurso quanto no afeto. Destarte, a personificação de valores e ideais giravam em torno da busca pela excelência daquilo que competia a cada um. Dessa forma,

conceitos como: táxis (ordem), mesotês (medida), métron (medida justa), agathón (bom) e kalon (belo), eram lugares comuns no pensamento e ação dos gregos.

Dessa época, destacamos dois modelos de homem que podemos ilustrar por meio de dois heróis presentes na obra de Homero: Aquiles (selvagem, bruto) e Ulisses (inteligente, astuto, prudente). O primeiro, surge na *Ilíada* e pode ser lido como a personificação do homem movido pela virtude da emoção, dos afetos. Aquiles era o guerreiro sublime, amante da glória, que não hesitava em sacrificar a vida para não perder a honra, de certa forma, ele era o super-homem para a nobreza militar da época. Portanto, não é sem motivo que a *Ilíada* começa fazendo menção à sua fúria: “A ira, Deusa, celebra do Peleio Aquiles o irado desvario, que aos Aqueus tantas penas trouxe, e incontáveis almas arrojou no Hades de valentes, de heróis, espólio para os cães, pasto de aves rapaces” (HOMERO, 2001, p. 5).

Já o segundo modelo aparece na *Odisseia*, e diz da personificação do homem que é movido pela virtude da razão. Ulisses era engenhoso, homem dos mil truques, capaz de se safar das dificuldades. Ambos os heróis falam de um ideal de homem, ou seja, de modelos a serem seguidos pelos gregos da ocasião. É nesses termos que podemos pensar tais concepções como apontamentos para as constituições das personalidades que reinavam na Grécia Antiga.

Avançando no percurso histórico-cultural, destacamos a Idade Média em que o referente era Deus, ou seja, a visão de mundo do povo dessa época era baseada no teocentrismo, de modo que tudo estava ligado à ordem do sagrado. Enquanto na Grécia a busca pelo equilíbrio era a motivação, na Idade Média a motivação está em torno da purificação dos pecados para se alcançar a salvação divina. Portanto, os discursos e afetos da ocasião eram oriundos do cristianismo com suas leis severas e as subjetividades eram forjadas, em sua grande maioria, a partir das restrições dos prazeres em prol de uma vida casta e santa, visto que essa vida era apenas uma passagem para a eternidade. Assim, a vida passa a não ter valor, uma vez que a morte é vista como nascimento em outra vida.

Nesse sentido, podemos dizer que o ideal de homem eram os membros que constituíam o clero, pois se acreditava que eram os seres mais puros e, portanto, mais próximos de Deus. O filme *O nome da Rosa*, baseado no livro de mesmo nome do autor Umberto Eco, talvez nos ajude a pensar o contexto da época, uma vez que se mostra como uma crônica da vida religiosa no século XIV, em que os monges do mosteiro onde se passa o romance se chicoteiam e se punem em busca da purificação do corpo.

Por outro lado, o filme nos leva a perceber a transição da Idade Média para a Modernidade. Isso porque Guilherme de Baskerville, o frade franciscano, investiga e, por fim, com seu método empírico e analítico, desvenda o mistério do romance. Além disso, o frade en-

quanto filósofo, questiona os modelos, ele está às voltas com os universais. Assim, a expressão O nome da Rosa foi usada na Idade Média significando o infinito poder das palavras, o que nos remete a percepção do poder que o discurso materializado em lei tinha nesse período, ao mesmo tempo em que coloca em xeque a questão dos universais (SILVA JÚNIOR, 2018).

Nesse sentido, o referente que se destaca na Modernidade é a ciência baseada na razão pura. Assim, os universais são dotados de grande poder em detrimento do particular. Nesse momento, ganham forças as classificações iniciadas por Aristóteles, filósofo grego, e concretizadas por Lineu, médico naturalista sueco, que originou as categorias taxonômicas que são as mais utilizadas ainda hoje (POLÔNIA et al., 2016).

Se na Idade Média o homem foi desvalorizado, em contrapartida, a Modernidade irá ser caracterizada pela supervalorização do mesmo (antropocentrismo), surgindo assim as ciências do homem, dentre elas, a psicologia. Porém, esse homem será tratado de forma a ser dissecado para melhor compreensão (MONTEIRO, 2017). Assim, os modelos de homem que vão surgir serão oriundos, principalmente, da ciência (que busca conhecer) e da medicina (que busca controlar). Nesses termos, surgem os homens esfacelados, esquartejados e pensados em partes, pequenos modelos de um todo que não nos ocupamos em conhecer.

Dessa forma, seguindo o zeitgeist, a psicologia e seus pesquisadores buscam formas de classificar, nomear o homem e sua dimensão psicológica. Podemos dizer que tipologia é aquilo que nomeia, que é universal, que possibilita classificar pessoas por meio de signos, teorias, graus de inteligência, beleza, tudo através de um padrão pré-definido. Nesse sentido, não seria incorreto aventar que a astrologia é uma das tipologias mais antigas da humanidade.

Porém, dentro da psicologia, Jung é um dos primeiros a desenvolver uma tipologia. Jung percebeu que as pessoas possuíam diferenças individuais significativas de personalidade que poderia ser ordenada a partir do particular de cada pessoa (PARANZINI; KANNAANE, 2016). Assim, a tipologia enquanto classificador de subjetividades é o que trataremos a seguir.

### **3 TIPOS PSICOLÓGICOS E A ESTRUTURA DA PSIQUE: A PERSONALIDADE À LUZ DE JUNG**

Para Jung (2012), a personalidade se refere à personificação da dinâmica psíquica do indivíduo, de modo a transformar o desenvolvimento humano em mola propulsora para o autoconhecimento e aperfeiçoamento pessoal em busca de um equilíbrio que permita integrar em sua personalidade todos os elementos que constituem a psique, sem desconsiderar o auxílio de aspectos espirituais e matrizes culturais que produzem o humano.

Nesse sentido, onde outros teóricos viam variações aleatórias do comportamento humano, Jung percebeu uma ordenação lógica consistente, assim evidenciou as poucas diferenças básicas existentes no funcionamento mental e nas atitudes humanas. Efetuando assim, uma tipificação a partir da relação do sujeito com o objeto. Portanto, teorias como os tipos psicológicos apresentam “padrões referentes às maneiras pelas quais as pessoas preferem perceber e fazer julgamentos” (KURI, 2004, p. 32) da realidade. Não que eles sirvam para enquadrar os indivíduos, mas tão somente para orientar e esclarecer as diferenças existentes nas formas de se relacionar no mundo.

Segundo Goto, Kamei e Fujii (2007, p. 30), “o modelo junguiano de tipologia nasceu de uma ampla revisão histórica, de um estudo detalhado abordado pela literatura, mitologia, estética, filosofia e psicopatologia, e é considerado um dos um dos principais frutos do desenvolvimento do estudo do inconsciente” e uma das grandes contribuições de Jung no campo do estudo da personalidade.

Para Jung (2012), a personalidade estaria relacionada com atitudes e funções do sujeito e a partir dessas atitudes e funções o autor buscava classificar as estruturas da psique, de acordo com suas disposições, originando nos tipos psicológicos. Somado a isso ele acrescenta à composição da personalidade algo que é herdado pelo homem, o inconsciente coletivo, formado pelos arquétipos.

No que se refere às atitudes, para Jung introversão e extroversão seriam formas psicológicas de adaptação. As atitudes estão relacionadas à motivação e à energia, é a atitude que move a energia. Para Goto, Kamei e Fujii (2007), o introvertido tem o movimento de suas energias direcionado para o seu mundo interior, enquanto para o extrovertido esse movimento é acontece para o mundo exterior.

Jung identificou ainda em suas observações, as atividades da psique com relação ao mundo, estabelecendo, portanto, quatro funções básicas, que de acordo com Goto, Kamei e Fujii (2007) são denominadas funções da consciência. Seriam duas funções racionais (pensamento e sentimento), que estão ligadas às questões de julgamento, a primeira o juízo pela razão e a segunda o juízo pelo valor. As outras duas funções são denominadas irracionais (sensação e intuição), ligadas à percepção das coisas, a primeira está relacionada diretamente aos órgãos do sentido e as percepções daí decorrentes e a segunda diz respeito mais às percepções que emergem do inconsciente. A partir dessas funções interpretamos os fatos e construímos nossos comportamentos.

Funções e atitudes para Jung (2012) se organizam formando em cada indivíduo/sujeito uma dinâmica da psique que resultará no seu tipo psicológico, que será composto por uma

atitude (introversão ou extroversão), uma função principal, uma função auxiliar, uma função terciária e uma função inferior. Nessa dinâmica que o mesmo autor coloca, de acordo com o que foi compreendido durante as aulas na disciplina de Teorias da Personalidade II, atitudes e funções funcionam como pares, que se complementam, se opõem e se compensam na dinâmica da psique no decorrer da vida do sujeito. Dessa forma, para uma atitude introvertida que é consciente, haverá submersa no inconsciente uma atitude extrovertida. Assim como para uma função principal sentimento, haverá uma função inferior, submersa no inconsciente, que é seu par oposto e complementar, a função pensamento. Por fim, se há uma função auxiliar intuição, a função terciária, que complementa e é oposta a ela, é a sensação.

Esse esquema representado através de diagrama, serve-nos como uma ferramenta para mapear a tipologia de um sujeito a partir da teoria Junguiana. Entretanto, cabe salientar que tais elementos não permanecem estáticos no comportamento do indivíduo durante toda vida. Conforme ressaltamos, no percurso de nosso texto, a personalidade se constitui a partir de uma dinâmica psíquica.

Sendo assim, além das quatro funções básicas, Jung trabalha com o que denominou de função transcendente. Ela justamente propõe reestruturações das funções na psique do sujeito, permitindo uma modificação das mesmas. A função transcendente é aquela que irá permitir um rearranjo da disposição funcional, portanto, é ela conecta os opostos, como nos diz Samuels, Shorter e Plaut (1988).

Nesse sentido, Jung percebeu que a personalidade é uma totalidade, que irá abarcar a consciência e também o inconsciente. Para definir inconsciente em sua teoria, Jung dividiu o mesmo em inconsciente pessoal e inconsciente coletivo. O inconsciente pessoal, segundo Samuels, Shorter e Plaut (1988, p. 51), seria “um repositório da experiência pessoal, reprimida e infantil”, que se funda no inconsciente coletivo. Já o inconsciente coletivo, seria “um lugar central da atividade psicológica que difere da experiência pessoal e era mais objetiva que ela, desde que se referia diretamente às bases filogenéticas, instintivas, da raça humana” (p. 51).

Segundo Jung, a personalidade se constitui de arquétipos que seriam “a parte herdada da psique, padrões de estruturação do desempenho psicológico ligados ao instinto” (Samuels, Shorter & Plaut, 1988, p. 16, grifos dos autores). Podem existir uma infinidade de arquétipos, conforme nos informa os autores supracitados, no entanto, cinco foram descritos por Jung em suas observações e teoria: Ego, Persona, Sombra, Anima/Animus e Self.

Em síntese, o Ego seria o centro da consciência, em Kuri (2004), encontramos que o mesmo é constituído de sentimentos, pensamentos, percepções e memórias conscientes. A Persona é um termo que Jung toma emprestado dos teatros gregos para falar dos papéis soci-

ais que desempenhamos na sociedade. Assim de acordo com Grinberg (2003, p. 229) a pessoa “é um canal de expressão de nossa individualidade, sendo extremamente útil à adaptação coletiva e no relacionamento com outras pessoas”. Já a Sombra é um arquétipo mergulhado no inconsciente e representa algo da personalidade, que em consonância com Viana (2017) pode ter conteúdos relacionados às virtudes e defeitos de caráter, que não se deseja reconhecer em si mesmo e, por isso, são frequentemente projetados nos outros.

O arquétipo feminino presente na psique do homem seria a Anima, responsável pelas atitudes emocionais do comportamento masculino. Animus é o arquétipo masculino presente na psique da mulher, e irá aparecer nas expressões de julgamento e reflexões do comportamento feminino. Por fim, o Self é, ao mesmo tempo, o centro do inconsciente e a totalidade da psique. Dos cinco arquétipos, o Self seria o arquétipo integrador da personalidade, de modo que a personalidade se construa em meio a todos esses elementos dinâmicos. Dessa forma, há uma tentativa de integração que possibilite o autoconhecimento e o equilíbrio entre o consciente e o inconsciente (VIANA, 2017).

#### **4 O HUMANISMO PRESENTE EM ROGERS: A PERSONALIDADE A PARTIR DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA E O PODER TRANSFORMADOR DOS ENCONTROS**

Carl Ransom Rogers desenvolveu uma abordagem psicoterapêutica que ficou conhecida como humanista. Tal abordagem surge a partir de uma crítica aos modelos deterministas externos (Behaviorismo, com a noção de comportamento como foco e a comparação do homem à máquina) e internos (Psicanálise, centrada no conceito de inconsciente), que prevaleciam na época. Segundo Bezerra e Bezerra (2012), existem vários conceitos acerca do que venha a ser Humanismo. “Etimologicamente, significa tudo aquilo que se volta para o humano. O humanismo toma o Homem como foco de qualquer preocupação filosófica; é uma interrogação sobre o ser, que surge desde os filósofos gregos” (p. 23).

Vale destacar que a psicologia humanista surgiu no final da década de 1950 e início da de 1960, nos Estados Unidos, num período de pós-guerra, marcado pela desesperança, crise moral e de valores. Assim, ela não deve ser considerada como uma teoria ou escola específica, mas como um movimento que fala da insatisfação com a visão de homem implícita nas psicologias oficiais disponíveis até aquele momento (BEZERRA; BEZERRA, 2012).

Dentre as proposições humanistas, destacamos o desenvolvimento humano e personalidade que podem ser pensados a partir de uma única necessidade ou motivo humano básico,

que é a fonte de toda a energia, ou seja, uma tendência inata do organismo para desenvolver todas as suas potencialidades. Esta tendência é uma função do organismo como um todo. A personalidade faz parte desse todo, enquanto uma estrutura interna, que se desenvolve a partir da experiência. É a personalidade que possui essa pré-disposição à autor-realização, assim, devemos compreender o desenvolvimento como autodirigido. Por isso, a abordagem é centrada na pessoa.

Nesse sentido, Rogers trabalha com três princípios, são eles: 1º Aceitação positiva incondicional; 2º Congruência e; 3º Empatia. No que tange ao primeiro princípio, essa aceitação aponta, principalmente, para o tornar-se capaz de viver uma relação aberta, amigável e estreita com a sua própria experiência, como aponta Rogers (1977, p. 152). Já o segundo, pode ser entendido como o grau de exatidão entre a comunicação/expressão e o que realmente ocorre conosco, relacionando-se, portanto, a uma tomada de consciência da experiência (Fadman, 1986). Enquanto o terceiro diz da capacidade de ver o mundo com os olhos do outro, ou seja, se colocar no lugar do outro.

A realização desses princípios possibilitará à pessoa tornar-se ela mesma, o resultado disso será uma maior alegria, mais autenticidade e mais consciência, permitindo estar no presente e, possivelmente, se abrir ao encontro como outras pessoas.

A partir dessa percepção podemos arriscar a dizer que o modelo de homem que surge com o humanismo é aquele que rompe com um modelo propriamente dito, uma vez que se entende que toda fórmula nega a vida e seus processos, sendo assim, a vida não cabe em nenhum modelo, visto que qualquer padrão é temporal (fala de uma dada época, como pudemos evidenciar acima). Dessa forma, o que surge é a valorização do novo, do inédito do ser humano que só pode acontecer por meio dos encontros. Assim sendo, a personalidade é modificada a partir da dinâmica dos encontros que nos permitimos viver com pessoas eleitas. Segundo Rogers (1977), é na interação com o outro o indivíduo pode se descobrir.

Há duas maneiras de pensar a dinâmica dos encontros, a primeira é a partir da falta, em que elegemos no outro um traço que nos falta, e a segunda é pela presença, em que nos conformamos com a presença do outro. Independente dessas formas cabe salientar que o verdadeiro encontro acontece no nível da fantasia.

Assim, os encontros, na psicologia de Rogers, evidenciam-se como centrais, porque é na experiência com o outro que podemos nos tornar pessoas. Além de originar as construções das personalidades e as transformações oriundas das experiências advindas das atualizações, resultantes dos verdadeiros encontros. Nesse instante, a presentificação e a congruência tornam-se reais perante as experiências existenciais (encontros), podendo assumir uma conota-

ção amorosa, por vezes, capaz de alterar nosso destino. Isso significa que, segundo a teoria de Rogers, estamos constantemente, construindo nossa personalidade.

## **5 ARON BECK E JEFREY YOUNG: AS COGNIÇÕES COMO MODULADORES DA REALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE**

A personalidade, como já pudemos perceber, é uma forma específica de compreender e estar no mundo. Isso porque os discursos vigentes na ordem social afetam diretamente o corpo. Beck (1976) citado por Knapp (2004, p. 20) aponta que o afeto ocorre “quando o indivíduo é capaz de preencher o espaço faltante entre um evento ativador e as consequências emocionais e comportamentais, então suas reações se tornam compreensíveis”.

A partir desses dizeres, evidenciamos que a psicologia cognitiva de Aaron Beck aponta para as cognições como aquilo que usamos para modular a realidade. Cada indivíduo é dotado de três formas de conceber essa realidade, que representam por sua vez três níveis de cognição que são, as crenças nucleares, as crenças intermediárias e os pensamentos automáticos. Todos somos perpassados por esses três níveis, no entanto na terapia cognitiva o que vai ser objeto de estudo das possíveis psicopatologias é aquilo que é disfuncional em cada um dos níveis.

As crenças nucleares, conforme Knapp (2004) são as ideias mais enraizadas, fundamentadas que dizem respeito a nós mesmos, aos outros e ao mundo. Elas são crenças centrais e rígidas, construídas desde a primeira idade e que se desenvolvem e se fortalecem ao longo da vida. Para Beck, constitui-se patologia o momento em que essas crenças nucleares se cristalizam, se tornam absolutistas e generalizadas, passa a serem consideradas pelo autor como crenças nucleares disfuncionais.

De acordo com Kanpp (2004, p. 23), na terapia cognitiva (TC), “para alcançar mudanças duradouras na psicopatologia do indivíduo, as crenças nucleares disfuncionais devem ser modificadas”. Modificar tais crenças é, portanto, o objetivo último da terapia cognitiva.

Conforme nos fala o autor supracitado, Judith Beck propôs em 1995, um agrupamento para essas crenças e as classificou. Primeiro temos as crenças nucleares de desamparo que se refere a um sentir-se impotente, frágil, desamparado. O contrário seria sentir-se seguro, que é funcional. Depois as crenças nucleares de desamor, que leva a pessoa a pensar que não é capaz de ser amada, gostada, faz com que a pessoa se sinta abandonada ou só. Funcional, neste caso, é o sentir-se amado. Por último, Judith Beck falou das crenças nucleares do desvalor,

quando o indivíduo se sente incompetente, falho, ineficiente. Seu contraponto funcional é o sentir-se valorizado.

Para fazer a mediação entre as crenças nucleares e os pensamentos automáticos (que veremos a seguir), Beck vai dizer das crenças intermediárias, chamadas também de pressupostos subjacentes que de acordo com Knapp (2004, p. 24) “são construções cognitivas disfuncionais, subjacentes aos pensamentos automáticos. São regras, padrões, normas, premissas e atitudes que adotamos e que guiam a nossa conduta”.

Os pensamentos automáticos (PA) são pensamentos recorrentes diariamente que ocorrem de forma rápida, corriqueira, involuntária e que podem se tornar disfuncionais e aí representam papel importante nos quadros psicopatológicos. Knapp (2004) vai nos informar que os PA, nas respostas aos eventos da vida, irão atuar moldando ações direcionadas às respostas que serão dadas por cada um.

A personalidade representa um padrão de respostas que irá envolver comportamentos, afetos, emoções, sentimentos, de forma que organize, forme uma síntese, uma integração de tudo isso. Mas é o afeto que determina essas respostas, e funciona como uma tela protetora que Beck vai chamar de esquemas. De acordo com Knapp (2004, p. 23), esquemas “são estruturas internas de relativa durabilidade que armazenam aspectos genéricos ou protótipos de estímulos, ideias ou experiências, e também organizam informações novas para que tenham significado, determinando como os fenômenos são percebidos e conceituados”.

Os esquemas irão definir a maneira como damos respostas, o modo como cada um se posiciona diante daquilo que é colocado. Essa resposta irá depender do grau de implicação que diz respeito a um esquema anterior ao fato que exige um posicionamento, portanto, quando apresento um esquema ativo tenho a possibilidade de ser adaptativo ao meio, mas se apresento esquema reativo vou me passar de vítima diante da sociedade, pois nossa forma de ação é uma resposta ao modo como a vida nos afeta.

Assim, podemos pensar o indivíduo reativo e o ativo enquanto dois tipos distintos de personalidade que podem ser diagnosticados a partir dos moduladores cognitivos (crenças nucleares, pensamentos automáticos e crenças intermediárias). No caso dos pensamentos automáticos, é possível evidenciar que 70% do humor rebaixado das pessoas decorrem do fato de ficarem presas nos pensamentos automáticos que giram em torno das crenças nucleares.

Dessa forma, analisar os pensamentos automáticos de alguém, pode ser o ponto de partida para compreender suas crenças nucleares. Portanto, os pensamentos automáticos que permeiam o dito, ou o não dito, nos casos clínicos que ora nos forem apresentados, devem ser percebidos como “a ponta de um iceberg”, visto que estão na superfície do comportamento e

apontam para as crenças nucleares que, por sua vez, apresentam-se disfuncionais, constituindo-se enquanto psicopatologias.

Pegando o conceito de Beck, Jeffrey Young desenvolveu a terapia do esquema (TE). Trata-se de um modelo de psicoterapia cognitiva, que amplia a forma de tratamento e conceitos da terapia cognitivo comportamental clássica (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008), focalizado no tratamento de diversos transtornos de personalidade. Segundo Seixas (2014), a Terapia do Esquema integra conhecimentos da gestalt, da psicanálise, do construtivismo, do apego, das relações objetais e da terapia cognitivo-comportamental tradicional para tratar pacientes com transtornos psicológicos crônicos arraigados, até então considerados difíceis de tratar.

Young considera os esquemas como um nível mais profundo de cognição, não modificando o conceito inicial de Aaron Beck, como nos informa Isoppo (2012), mas acreditando que os esquemas surgem na infância, os nomeando assim como Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs).

Assim, na Terapia dos Esquemas de Young, os EIDs vão se enraizar na cognição formando autoconceitos e concepções de mundo que evitarão a mudança, pois esta se mostra como algo ameaçador. Dessa forma, para Young, de acordo com Isoppo (2012), devido a sua consistência cognitiva, os EIDs irão lutar para permanecerem vivos. Sendo assim, em termos da personalidade, esses esquemas podem se tornar inquestionáveis para a pessoa, mesmo que sejam patológicos ou disfuncionais, e podem levar o indivíduo a recriar experiências que Isoppo (2012) vai chamar de “nocivas”, trazidas da infância e que participaram da geração dos esquemas. Para exemplificar o mesmo autor fala que “uma mulher que tenha passado por experiências constantes de rejeição e desamparo pode, por meio de um mecanismo de manutenção do esquema, escolher um relacionamento afetivo que reproduza a mesma situação” (p. 35).

Os esquemas tratados pela TE de Young podem se tornar um padrão de comportamento, perdendo assim o seu caráter adaptativo, proposto no conceito dos esquemas inicialmente por Beck, e de acordo com Isoppo (2012, p. 35) eles irão envolver “não apenas as cognições como também as memórias afetivas, corporais e as emoções”, o que pode nos levar a pontos importantes da personalidade quando pensamos na clínica.

Os organismos vão ter três tipos de respostas às ameaças de sobrevivência desses esquemas, segundo Isoppo (2012), serão respostas de luta, fuga ou congelamento, que irão corresponder aos *coping styles* criados por Young como sendo “três estilos de manejo (*coping styles*) para lidar com os esquemas: supercompensação, evitação e rendição” (p. 35).

A supercompensação seria similar a uma forma reativa, na qual o indivíduo se comporta de maneira oposta ao momento em que o esquema foi desenvolvido, como alguém que em situação de fracasso não aceita suas falhas. A evitação é como o próprio termo vai se referir, a pessoa evita situações que desencadeiam os EIDs, como um mecanismo de defesa, assim se um sujeito tem um EID de abandono em um relacionamento, evitará novos relacionamentos para evitar um novo abandono. A rendição vai se referir a uma entrega, uma aceitação dos esquemas, colocando-os como inquestionáveis. Por exemplo, se uma pessoa teve uma experiência em que passou por privação emocional, tende a buscar relacionamentos em que um parceiro irá tratá-la com frieza e distância, mantendo o EID inicial. Esses estilos foram descritos em acordo com o que no informa Isoppo (2012).

A TE de Young pode auxiliar na clínica nos apontamentos dos traços de personalidade através desses estilos de manejo, de modo a fornecer subsídios para analisarmos os comportamentos que os indivíduos apresentam. Assim, teremos elementos para elaborarmos planos terapêuticos, tornando possível planejar melhores formas de intervenções nos quadros psicopatológicos que possam ser apresentados.

Até o presente momento, evidenciamos tipificações da personalidade que pudessem auxiliar tanto no diagnóstico quanto nos caminhos que poderíamos escolher em termos de tratamento para possíveis sofrimentos psíquicos oriundos de um tipo específico de ação no mundo. Dentre esses sofrimentos, um nos chama, particularmente, a atenção – a despersonalização frente ao luto – visto que diz de um processo inverso ao que já estudamos até aqui. Além disso, tal situação encontra-se presente cotidianamente em nossas vidas e independe de um tipo específico de personalidade. Isso significa que o luto e o processo de despersonalização afetam a todos em maior ou menor intensidade. Portanto, a segunda parte desse trabalho abordará tais questões.

## **6 LUTO: UMA DESPERSONALIZAÇÃO FRENTE A REALIDADE DA PERDA**

Após esse breve percurso, podemos definir a personalidade como sendo um padrão de resposta expressa pelo comportamento que envolve algumas dimensões como afeto, emoção, sentimento, cognição, dentre outros. Tais respostas são utilizadas na relação de um sujeito consigo mesmo e/ou com o outro. Porém, a disposição fundamental do afeto que constitui esse padrão de respostas, invariavelmente, apresenta-se limitado, uma vez que o utilizamos como tela protetora (esquemas) para nos defendermos do outro.

Essa tela protetora, por sua vez, diz do corpo de crenças (forma elementar de defesa) construído a partir da dinâmica pessoal de cada indivíduo. Por isso, dizemos que o padrão de respostas ou o modo como cada um se posiciona no mundo é, em alguma medida, singular, uma vez que fala de leituras particulares de mundo, ainda que o social e o meio em que estamos inseridos influenciem sobremaneira. Nesse sentido, afeto, cognição e comportamento são envolvidos pela linguagem que torna visível a libido. Etimologicamente, o vocábulo libido tem origem latina e segundo Roudinesco e Plon (1998), significa desejo. Porém, Freud retoma o termo “para designar a manifestação da pulsão sexual na vida psíquica e, por extensão, a sexualidade humana em geral e a infantil em particular, entendida como causalidade psíquica (neurose), disposição polimorfa (perversão), amor-próprio (narcisismo) e sublimação” (p. 471).

Destacamos que, nos escritos de Freud, o termo aparece pela primeira vez no Rascunho E e vai sendo desdobrado ao longo de suas formulações posteriores. Porém, ganha corpo em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905), quando apresenta sua teoria como eixo da sexualidade humana. Desse modo, Freud busca “[...] abrir caminho para uma nova concepção do Eros platônico, na qual a libido, identificada com a pulsão sexual, tornou-se uma pulsão de vida (Eros), em oposição à pulsão de morte (Thanatos)” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 471). Portanto, assim como Eros, a libido é o “[...] que mantém a coesão de tudo aquilo que vive” (p. 474).

Assim, a libido assume status de energia, ou seja, “[...] a manifestação dinâmica, na vida psíquica, do impulso (ou pulsão) sexual” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 473). Então o que vem a ser pulsão? Para Freud citado por Monzani (1989, p. 94, grifos do autor), “[...] ao que tudo indica, [...] há um momento preliminar de transformação e a pulsão é exatamente esse “conceito-limite” que aponta para o momento mesmo onde os processos energéticos orgânicos transformam-se em processos energéticos psíquicos”.

Por sua vez, em Pulsão e suas Vicissitudes (1915/1996) Freud localiza a pulsão como tendo uma pressão (elemento motor que impele o organismo a buscar a eliminação da tensão), uma finalidade ou objetivo (que é sempre a satisfação que é definida como a redução da tensão provocada pela pressão), seu objeto (não é específico. Segundo Garcia-Roza (2005), para Freud, o objeto só tem sentido enquanto relacionado à pulsão e ao inconsciente, portanto, não pode ser aquilo que se oferece à consciência) e fonte (processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão).

Se temos que a libido “[...] é uma dimensão fundamental da pulsão, [podemos inferir que ela] fixa-se em objetos: essa libido objetal pode deslocar-se em seus investimentos, mu-

dando de objeto e de objetivo” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 473), quando necessário. Tais fixações tornam-se identificações que, ao serem costuradas por nossa crença de continuidade e linearidade, constituem nossa personalidade, auxiliando na construção da nossa realidade e, portanto, no modo como aprendemos a agir. Por conseguinte, nosso agir é revestido do que Freud vai chamar de investimento libidinal, ou seja, depositamos nossas energias naquilo que fazemos. O que significa que nosso agir é movido por uma libido que é, por sua vez, moldada por aquilo que carregamos enquanto personalidade ou/e vice-versa. O investimento libidinal torna o mundo, e o que está ao nosso redor, familiar.

Dessa forma, pela nossa pessoalidade conferimos singularidade às coisas que passam por nós. Isso significa que a personalidade torna familiar os elementos, primordialmente, dispersos e, assim, somos capazes de entender aquilo que nos circunda. O que é familiar se acomoda, se torna comum, é algo que foi construído e que recebeu grande investimento e nós somos a síntese dessa construção que é, em sua origem, eminentemente, libidinal. A essa organização da personalidade denominamos personalização.

Porém, essa organização pode ser abalada pela morte. É por isso que Campos (2013, p. 14-15) nos diz que “tudo que é representação e tentativa de organização é expressão da pulsão de vida, enquanto toda ruptura e traumatismo à organização do psiquismo é expressão da pulsão de morte”. Jorge (2007, p. 38) apresenta esse trauma como sendo “aquilo para o que o sujeito não possui uma representação simbólica para lidar com ele, aquilo que revela como inassimilável pelo sujeito. Desse modo, o trauma rompe o sentido dentro do qual o sujeito encontra alguma homeostase e introduz uma falta de sentido, um não-senso”.

Assim, frente ao trauma da morte surge o luto. Para Quintela (2012, p. 84), o luto é “[...] uma medida de trabalho que faz da dor o ponto de enlace do fio desejante no qual o sujeito, em se tratando de neurose, se acha inscrito”. Portanto, conforme Campos (2013, p. 15-16):

[...] o trabalho normal do luto envolve a redistribuição da libido antes investida no objeto de amor perdido. O trabalho de simbolizar e elaborar a perda, reencontrando novos caminhos para o desejo, leva certo tempo e envolve algum pesar. É por meio desse percurso que esses objetos de amor podem ser desinvestidos e o sujeito passa a encontrar novos substitutos. Evidentemente, esse processo não é tão simples, pois envolve não apenas encontrar um objeto substituto, mas elaborar as fantasias conscientes e inconscientes que são ativadas com a perda de objeto. O processo de luto é, portanto, um redimensionamento das fantasias e defesas do psiquismo, em busca de um novo equilíbrio de forças.

Isso porque o luto vai exigir de nós um desinvestimento libidinal. Para Freud (1917/1996), o processo de luto:

[...] consiste, portanto, o trabalho que o luto realiza? Não me parece forçado apresentá-lo da forma que se segue. O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Essa exigência provoca uma oposição compreensível - é fato notório que as pessoas nunca abandonam de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já se lhes acena. Esta oposição pode ser tão intensa, que dá lugar a um desvio da realidade e a um apego ao objeto por intermédio de uma psicose alucinatória carregada de desejo (FREUD, 1917/1996, p. 5).

Portanto, podemos dizer que o luto é um conjunto de respostas a uma perda irrevogável, um processo em que tentamos ressignificar aquilo que perdemos, não só para a morte, mas para aquilo que precisamos nos separar, de alguma forma e em que foi investido amor. Assim, Freud (1917/1996, p. 142) afirma que “luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante”, seja através da morte, do fim de um relacionamento ou de uma fase da vida do sujeito, o luto desnatura aquilo que é familiar a ele, uma vez que exige do sujeito o deslocamento da energia libidinal investida para outro objeto.

Sobre a morte e o luto, Elizabeth Kübler-Ross foi precursora ao “[...] descrever as atitudes e reações emocionais suscitadas pela aproximação da morte em pacientes terminais”. Nesse sentido, ela identificou cinco estágios “que um paciente pode vivenciar durante sua terminalidade” (SUZAKI; SILVA; POSSARI, 2006, p. 145), mas que podemos associar também como possíveis fases do luto, são eles: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação.

Conforme Kübler-Ross (1985), a negação apresenta-se como uma defesa, ou seja, o indivíduo não quer aceitar a situação. Já a raiva evidencia sentimentos como ira, revolta, dentre outros. Na barganha, o indivíduo faz promessas a fim de obter um prolongamento da vida. “As barganhas são feitas com Deus, na maioria das vezes e, psicologicamente, podem estar associadas a uma culpa recôndita” (SUZAKI; SILVA; POSSARI, 2006, p. 145). A depressão, por sua vez, pode ser oriunda de uma alienação de si mesmo, ocasionando um sentimento de grande perda. Por fim, a aceitação em que, como o nome diz, o indivíduo começa a aceitar sua condição de finitude.

Para Suzaki, Silva e Possari (2006), essas fases não possuem uma ordem de manifestações nem um tempo específico, uma vez que o indivíduo pode apresentar apenas uma fase e permanecer fixo nela, como pode vivenciar mais de uma, concomitantemente. Podemos dizer que essas fases são “como mecanismos de defesa para enfrentar o processo desconhecido do morrer” (p. 145), visto que o procedimento de desinvestimento libidinal causa um sofrimento

psíquico muito grande, pois gera conflitos de ordem emocional, material, psicológica, familiar, social, espiritual, entre outros.

Em consonância com Quintela (2012, p. 91), afirmamos que “o luto é dor estruturante à medida que move um trabalho de ligação e integração daquilo que irrompe no aparelho psíquico e fica momentaneamente sem metaforização”. Portanto, é importante ressaltar que o luto não deve ser visto como algo ruim, como comumente acontece, mas como um processo estruturante e necessário para a dinâmica da psique.

Além disso, o luto pode ser compreendido como um processo de despersonalização, uma vez que perdemos nossa identidade (momentaneamente), a identidade que construímos a partir de algo que “encontramos” no outro e que fazia suplência a nossa castração. É por isso que Lacan afirma que só fazemos luto de alguém que era suporte de nossa castração.

Sendo assim, a não elaboração do luto é disfuncional e pode levar a processos psicopatológicos do indivíduo. Assim sendo, o desafio do luto é não se perder com o objeto perdido, é o não redirecionar a libido retirada de um objeto perdido para o próprio ego, se identificando com o mesmo.

Mas a libido livre não foi deslocada para outro objeto; foi retirada para o ego. Ali, contudo, não foi empregada de maneira não especificada, mas serviu para estabelecer uma identificação do ego com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado. Dessa forma, uma perda objetual se transformou numa perda do ego, e o conflito entre o ego e a pessoa amada, numa separação entre a atividade crítica do ego e o ego enquanto alterado pela identificação (FREUD, 1917/1996, p. 8).

Na clínica, o que pode ser observado em relação ao luto e a despersonalização, é o que aparece na linguagem, pois se aí é posto, pode-se considerar que não foi elaborado, visto que a palavra não é somente a palavra, ela está carregada do afeto e o comportamento “fala” na linguagem. Assim, a função da escuta clínica é possibilitar que o sujeito possa, a partir de sua fala, ressignificar, de modo a aceitar a realidade da perda, elaborar a dor dessa perda e ajustar-se a um ambiente onde falta o objeto perdido. Dificilmente essa elaboração ocorre em um período inferior a um ano e os sinais que apontam para o término desse luto são: lembrar e falar do falecido sem dor e sem tristeza, não apresentar manifestações psicológicas e físicas que remetam a essa perda, reorganização da vida e adaptação a novos papéis, de modo a construir novas identificações que irão compor a personalidade do sujeito.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, M. E. S; BEZERRA, E. do N. Aspectos humanistas, existenciais e fenomenológicos presentes na abordagem centrada na pessoa. **Revista NUFEN**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 21-36, 2012.
- CAMPOS, E. B. V. Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 13-24, 2013.
- FADIMAN, J. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Harbra, 1986.
- FEIST, J.; FEIST, G. J.; ROBERTS, T.-A. **Teorias da personalidade**. 8. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2015.
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14, p. 245-263.
- GARCIA ROZA, L. A. **Freud e o Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- GOTO, T. A.; KAMEI, H.; FUJII, S. A influência dos tipos psicológicos no relacionamento de casal. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 25, n. 48, p. 27-38, 2007.
- GRINBERG, L. P. **Jung o homem criativo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2003.
- ISOPPO, G. S. de L. **Terapia focada em esquemas e personalidade narcisista: um entendimento acerca desse transtorno**. 2012. 90 p. Monografia (especialização em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- JAEGER, W. **Paidéia – a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- JORGE, M. A. C. Angústia e castração. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 29, n. 54, p. 37-42, 2007.
- JUNG, C. G. **O desenvolvimento da personalidade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (Obra completa de C. G. Jung, v. 17).
- KNAPP, P. Princípios fundamentais da terapia cognitiva. In: KNAPP, P. **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 19-41.
- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- KURI, N. P. **Tipos de personalidade e estilos de aprendizagem: proposições para o ensino de engenharia**. 2004. 230 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- MONDIN, B. **O homem, quem é ele? – Elementos de Antropologia Filosófica**. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1980.

MONTEIRO, L. M. C. **O humanismo na Europa do século XXI**. 2017. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre a Europa) – Universidade Aberta. Disponível em: <[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6752/1/TMESE\\_Lu%C3%ADsCardoso.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6752/1/TMESE_Lu%C3%ADsCardoso.pdf)>. Acesso: 14 mar. 2020.

MONZANI, L. R. **Freud: O movimento de um pensamento**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

PARANZINI, M.; KANAANE, R. Personalidade e organização: tendências e perspectivas. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 36, n. 90, p. 157-175, 2016.

PEZATTI, E. G. A gramática da derivação sufixal: os sufixos formadores de substantivos abstratos. **Alfa**, São Paulo, v. 34, p. 153-174, 1990.

PIERI, P. F. Persona. In: PIERI, P. F. **Dicionário Junguiano**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 377-381.

POLÔNIA, A. et al. **História e ciência: ciência e poder na primeira idade global**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2016.

QUINTELA, R. Considerações psicanalíticas sobre o existir no mal-estar contemporâneo. **Caderno de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 83-103, 2012.

ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa**. 4. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. Libido. In: ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 471-475.

SAMUELS, A.; SHORTER, B.; PLAUT, A. **Dicionário Crítico de Análise Junguiana**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1988.

SEIXAS, C. E. **Associação de esquemas iniciais desadaptativos em transtornos do eixo I**. 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, RS.

SILVA JUNIOR, N. **Ciência e cinema: um encontro didático pedagógico em Anjos e Demônios e O Nome da Rosa**. 2018. 160 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

SOUSA, W. P. DA S.; OLIVEIRA, M. A. M de. Teoria da personalidade: um breve resgate epistêmico desse campo do saber psicológico. **Revista de Educação e Literatura**, Teresina, v. 1, n. 3, p. 1-6, 2009.

SUZAKI, T. T.; SILVA, J. P. DA S.; POSSARI, J. F. Identificação das fases do processo de morrer pelos profissionais de Enfermagem. **Acta Paul. Enferm.**, v. 19, n. 2, p. 144-149, 2006.

VIANA, N. Jung e a individuação. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 27, n. 4, p. 486-494, 2017.

YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. Terapia do esquema: modelo conceitual.  
In: YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.17-69.